

DA ORALIDADE AO LETRAMENTO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES*

LEONOR SCLiar-CABRAL

UFSC/CNPq

Presidente da ISAPL

RESUMO

Devido a suas implicações teóricas e aplicadas, é conveniente esclarecer o conceito que a palavra *letramento* apresenta no mundo atual; essa conveniência decorre das recentes discussões inspiradas, basicamente, pelos trabalhos de Scribner and Cole. O objetivo central consiste numa revisão de posições extremamente opostas: de um lado, estão aqueles que identificam *letramento* com *leitura do mundo*, isto é, com qualquer tipo de representação mental (*letramento no lato sensu*); do outro lado, encontram-se os que consideram *letramento* como um tipo de técnica, especificamente diferente de outros processos cognitivos (*letramento no stricto sensu*). Além dessa revisão, será apresentado um forte argumento a favor de uma terceira posição que defende um modelo de *continuidades* e de *descontinuidades* entre o sistema áudio-oral e o *letramento*.

ABSTRACT

Recent discussions which were mostly inspired by Scribner and Cole's (1973) work make it necessary to clarify the concept of literacy in contemporary world, given its theoretical and applied implications. Our aim is a review of extremely opposite positions: on the one hand are those who equal literacy to "reading the world", i.e., any kind of mental representations (*literacy lato sensu*); on the other hand those who consider literacy as kind of technique, specifically different from other cognitive processes (*literacy stricto sensu*). In addition, we will deeply argue in favor of a third position, which spous a model of *continuities* and *discontinuities* from the aural-oral system to literacy.

1 – INTRODUÇÃO

Num artigo seminal escrito por Hockett (1960), o autor assinalou alguns traços característicos da linguagem humana oral. Alguns destes traços, diretamente ligados à preferência pelo canal áudio-vocal sobre outros

* O presente artigo corresponde a uma versão da conferência plenária "From the aural-oral system to literacy; continuities and discontinuities", proferida durante o IV Congresso Internacional da Associação Internacional de Psicolinguística Aplicada (ISAPL), realizado em junho de 1994, na cidade de Bologna.

a fim de produzir uma mensagem e receber seus sinais pela espécie humana, serão discutidos neste artigo. Apesar de algumas mudanças observadas nas sociedades contemporâneas, em consequência de novas tecnologias, ainda encontramos descontinuidades entre o modo como a cadeia da fala é recebida e produzida e o modo como a modalidade escrita é usada para transmitir a linguagem verbal. Em alguns casos, o que encontramos são similaridades, formando um *continuum* entre o sistema áudio-vocal e o letramento.

Nosso propósito neste artigo é refutar através da demonstração o sentido metafórico atribuído ao letramento, abrangendo "como as pessoas pensam, como agem, no que acreditam e valorizam e como elas enfocam a mudança" (Miller, 1990, p. 1; todas as traduções dos originais foram feitas pela autora do artigo).

Como se pode inferir, este sentido metafórico equaliza letramento com qualquer tipo de representação mental.

Embora na demonstração fiquem bem evidentes os equívocos semióticos e cognitivos cometidos pelos defensores do sentido metafórico do letramento, o cerne do debate centrará sobre as continuidades e descontinuidades entre o sistema áudio-vocal e o letramento.

Começaremos com alguns argumentos que explicam por que a modalidade escrita emergiu tão tardiamente, particularmente os sistemas alfabéticos. Em seguida, explanaremos as continuidades e as descontinuidades entre os dois sistemas. Terminaremos por mencionar as consequências que decorrem de negligenciar as descontinuidades entre a linguagem verbal oral e a escrita.

2 – POR QUE O SISTEMA VERBAL ESCRITO EMERGIU TÃO TARDIAMENTE?

Conforme é consenso entre os cientistas, desconhecemos qualquer comunidade humana normal na qual o meio de comunicação não seja a fala (exceção feita por algumas ordens religiosas, as quais, contudo, elegeram o mundo do silêncio depois que seus membros haviam passado pela experiência verbal oral): o aparecimento da fala não depende de qualquer tempo ou espaço histórico específico e, não importa qual seja a família ou tipo lingüísticos, os canais privilegiados serão os mesmos. Onde quer que sejam encontrados traços de humanidade, sendo um deles o lançamento de dardos grosseiros e primitivos com a mão direita, podemos inferir algum tipo de especialização hemisférica que possibilitou o uso da linguagem verbal oral.

O mesmo não é verdadeiro em relação à escrita. Entendida como um modo secundário, distinta da pintura, do desenho ou de outros meios mne-

mônicos, a escrita apareceu muito recentemente, se a compararmos com a modalidade oral. Embora sistemas de proto-escrita tenham sido encontrados ao redor de 10.000 ou 12.000 anos atrás, o sistema sumério, considerado o mais antigo, apareceu há 5.000 anos e os sistemas alfabéticos ainda mais tarde. Foi necessário muito tempo para acumular conhecimento e tecnologia suficientes e sob a pressão de necessidades sócio-econômicas para descobrir o princípio de que as palavras escritas eram constituídas por unidades menores que a sílaba, responsáveis pelas diferenças de significados e de que estas pequenas unidades poderiam ser representadas por signos escritos (a invenção do alfabeto). A conclusão é a de que o uso da modalidade escrita dependia de artefatos e de artesãos treinados ("os textos escritos primitivos eram bastante complexos", Coulmas, 1989, p. 5) que somente são possíveis em sociedades tecnologicamente desenvolvidas e isto não ocorreu com a modalidade oral: "existe consenso geral de que a escrita é um artefato" (Coulmas, op. cit. p. 3).

A restrição a uma minoria caracterizou o uso da modalidade escrita nos seus primórdios e de modo algum a sociedade circundante poderia ser denominada de letrada. Ao contrário, os textos escritos foram utilizados como um instrumento de poder usualmente vinculado à religião, contra uma vasta população de iletrados: os efeitos reversivos sobre o discurso oral praticado pela maioria da população podem ser considerados mínimos.

Contudo, existem algumas continuidades entre os dois sistemas, que serão examinadas.

Uma vez que rejeitamos o sentido metafórico do letramento e, apesar da impossibilidade de uma definição consensual, para o propósito da presente discussão, adotaremos a seguinte: uso funcional de sistemas convencionais que permitem a compreensão e produção de textos escritos verbalmente codificados e dependentes da língua oral.

3 – SEMELHANÇAS ENTRE O SISTEMA ÁUDIO-VOCAL E O LETRAMENTO

Existem propriedades comuns partilhadas por ambos os sistemas (mas com âmbitos disponíveis diferentes), dentre as quais selecionamos as mais importantes.

3.1 – Meio de comunicação verbal

Tanto a modalidade oral quanto a escrita são meios de comunicação verbal. Contudo, enquanto a modalidade oral deve ser considerada como um dos meios que possibilita a sobrevivência do indivíduo e da espécie, obedecendo a um imperativo social (D'Aquili, 1972, p. 13), o desconheci-

mento da modalidade escrita não condena nenhum indivíduo ou grupo à extinção física, embora nas sociedades letradas, coexista com a marginalização e/ou a pobreza e/ou ser explorado.

Há várias propriedades através das quais ambos os sistemas servem para a comunicação de mensagens, algumas delas assinaladas por de Saussure ao examinar o signo lingüístico (1972, p. 97-103): a arbitrariedade, a linearidade, o caráter institucionalizado, por exemplo.

Deve ser mencionado, contudo, que embora a arbitrariedade tenha sido alvo de críticas, a idéia central de de Saussure permanece válida: não existe semelhança física entre os signos lingüísticos e sua contra-partida referencial. No entanto, existe arbitrariedade parcial na relação entre os códigos oral e escrito nos sistemas alfabéticos, quando as regras de correspondência entre os grafemas e fonemas não aplicam: quando elas aplicam, não existe arbitrariedade.

Em relação a linearidade é melhor referir-se à linearidade superficial em vez de simplesmente mencionar linearização, uma vez que ambos os sistemas estão sujeitos a regras globais e hierárquicas de estruturação textual.

Uma das razões principais pela qual ambos os sistemas servem à função comunicativa é a propriedade da invariância que é inerente à representação abstrata das unidades mínimas: seja quais forem as variantes determinadas pelo contexto fonético circundante e/ou geográfico e/ou social e/ou individual, as pessoas pertencentes a uma mesma comunidade lingüística, intercambiam mensagens orais inteligíveis, a não ser que pertençam a universos especializados: "É um sistema particularmente adequado ao uso disseminado porque permanece funcionalmente infenso às diferentes vozes, aos hábitos de fala, aos dialetos e sotaques de milhões de pessoas que usam uma linguagem comum. E é adequada a um uso disseminado porque a fala - num âmbito que nos causa surpresa - é invulnerável ao ruído forte, à distorção e a interferência" (Denes e Pinson, 1973, p. 3). O mesmo é verdade para a modalidade escrita: não importa quão diversificado seja o manuscrito, que permite até a identificação, sua funcionalidade permanece inalterada graças aos princípios que tornam possível o reconhecimento da palavra: os valores atribuídos a estes signos pelos membros pertencentes a mesma comunidade lingüística devem ser os mesmos (de Saussure, op.cit. p. 155-169), e isto torna a comunicação possível.

3.2. - Reificação

Muitos autores consideram que a reificação é um dos traços distintivos da comunicação escrita (Coulmas, op. cit. p. 12) mas se aceitarmos a definição de D'Aquili (op. cit. p. 10) de que a "conceitualização como processo através do qual os atributos de um objeto (inclusive os sentimentos interiores) são reificados, ou pelo qual uma pluralidade de objetos ex-

ternos similares são afirmados como idênticos de alguma forma e esta identidade passa a ser compreendida por um símbolo", deveremos concluir que o sistema oral também cumpre esta função, inclusive a reificação do próprio eu. Contudo, o âmbito do pensamento reflexivo se torna indubitavelmente ampliado com a modalidade escrita, graças ao caráter permanente de vastos trechos que podem ser inspecionados por rápidas e imediatas remissões. Uma vez que os atos canônicos de leitura e escrita são solitários, quando não existe a possibilidade de mudança de turno, tanto o redator quanto o leitor tem o privilégio de auto-monitorar não só o produto do processamento como o próprio tempo nele envolvido, conforme a complexidade da tarefa e até que obtenha o resultado almejado.

3.3 - Metalinguagem

Tanto a modalidade oral quanto a escrita podem ser usadas como instrumento de reflexão sobre a própria língua ou sobre qualquer outro sistema semiótico (a recíproca não é verdadeira), mas existem limites empiricamente comprovados para os não alfabetizados, uma vez que eles não podem evitar a percepção da cadeia da fala como um *continuum*. O conhecimento para o uso das unidades mínimas da fala não significa que seja consciente. A este respeito, uma vasta quantidade de pesquisa já foi levada a cabo pela equipe do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Livre de Bruxelas (Morais, no prelo) e com a colaboração de outros países, inclusive o Brasil (Scliar-Cabral, L. Nepomuceno, L.A. e Morais, J., 1990).

Não existe dúvida sobre a incapacidade de os sujeitos não alfabetizados, sem treinamento, conscientemente eliminarem a consoante inicial da vogal seguinte com a qual coarticula, conforme comprovado na tabela abaixo:

TABELA 1
Resultados obtidos por Nepomuceno (1990)
numa tarefa de apagamento da consoante e da vogal iniciais

CONSOANTE						VOGAL						
	G1	%	G2	%	G3	%	G1	%	G2	%	G3	%
Corretas	12	2,9	14	1,6	394	78,8	173	41,2	495	55,0	464	92,8
G1 não alfabetizados												
G2 semi-alfabetizados												
G3 totalmente alfabetizados												

A influência recíproca entre a consciência metafonológica e a aprendizagem dos sistemas alfabéticos é, na verdade, o que tais experimentos comprovaram. Outras capacidades metalingüísticas somente serão desen-

volvidas com a ajuda dos sistemas escritos, tais como as implicadas no desmembramento das unidades morfológicas e na caracterização das classes sintáticas que não correspondem aos vocábulos e/ou grupos fonológicos, conforme veremos em maior detalhe mais adiante.

A consciência metalingüística não é um tipo de conhecimento discreto oposto a sua ausência: podemos traçar um *continuum* (o extremo oposto do qual é apenas alcançado por uma minoria) entre os primeiros passos da criança para reconhecer seus próprios esforços em direção a uma emissão almejada até a posição epistêmica científica atingida pelo lingüista.

3.4 – Transmissão cultural

Embora ambos os sistemas sirvam como veículo para a transmissão cultural, não existe dúvida de que, em virtude do caráter permanente da modalidade escrita, ela pode registrar o que aconteceu sem o risco das contínuas distorções que ocorrem quando o texto é oralmente transmitido através de sucessivas gerações de narradores: "Na realidade, sua invenção criou a história, no sentido técnico" (Coulmas, op. cit. p. 3-4). Os críticos da teoria da grande divisa poderão refutar com bons argumentos tais como, por exemplo, o fato de as culturas ágrafas terem sua própria história oralmente transmitida, ou de que as crianças poderão aprender através da experiência imediata, ou através do ensino oral ministrado por pessoas mais velhas. Um outro contra-argumento contra a teoria da grande divisa é a evidência da cultura oral popular e a existência de textos longos como os *Vedas* que foram transmitidos oralmente.

Grande parte desta crítica está baseada na teoria da diferença versus déficit.

Penso que o debate não está colocado corretamente, uma vez que o que está em jogo não é uma questão de valores. Apesar do fato de que não podemos atribuir exclusivamente à invenção da escrita uma relação de causa/efeito para as revoluções sócio-econômicas e culturais, certamente contribuiu enormemente para mudar sociedades onde foi amplamente difundida. Nem a guerra civil norte-americana foi causada pelo livro *A cabana do Pai Tomás* (1843), nem a revolução bolchevique foi determinada pelo *Manifesto Comunista* (1843), mas suas idéias, produzidas e difundidas através da modalidade escrita desempenharam um grande papel em tais movimentos.

O fato de que a história foi tecnicamente estabelecida com o advento da escrita somente significa que não podemos recuperar a sucessão de episódios que tiveram lugar entre as culturas ágrafas que desapareceram: o fenômeno da obsolescência das comunidades orais no México é também conhecido e foi assinalado por Swadesh (1968, p. 63). Não significa que a história oficial escrita pelos escribas fosse ideologicamente isenta, mas o

mesmo também é verdade sobre qualquer texto oralmente transmitido. Por exemplo, para manter o texto dos *Vedas* intocado, seus transmissores eram treinados em fonética para manter a versão original. Na verdade, isto foi a origem da Fonética. Por outro lado, a manutenção do texto intocável resultou em sua incompreensibilidade pelas gerações seguintes cuja língua sofreu os efeitos da mudança lingüística.

O efeito mais importante sobre a transmissão cultural, se considerarmos o *continuum* que vai da áudio-vocalidade ao letramento, é determinado pelos limites das memórias operacional e permanente; mesmo se alguém for perito em recitar de cor poemas longos como o *Ulisses*, não podem ser comparados com a massa de informação arquivada nas bibliotecas (infelizmente, as maiores bibliotecas da cultura mediterrânea foram queimadas: a biblioteca de Alexandria e a de Córdoba). O efeito da transmissão cultural é mais crucial na pós-Modernidade: a fragmentação cultural causada pelo *boom* tecnológico resultou em densidades lexicais especializadas. O ideal de uma cosmovisão global, abarcando todos os ramos do que a humanidade produziu até hoje, é inatingível por um só cérebro: cada um deverá aprender como selecionar e acessar dentre a massa de dados registrados qual a melhor informação que poderá ajudar a resolver um determinado problema.

3.5 – As funções expressiva e estética

Quando comparamos as duas modalidades, concluiremos que a oral é mais adequada para a função expressiva, no sentido definido por Bühler (1950, cap. I, parágrafos 2 e 3) do que a escrita. Quanto mais o referente for mediatizado pela língua, mais as emoções se tornam reificadas. Os meios orais permitem a interpolação de sons inarticulados, bem como a presença da expressão facial e corporal, para não mencionar as modulações paralingüísticas da voz.

A função estética está diretamente associada com a emoção, mas sua característica principal é a ordenação dos materiais disponíveis para obtenção do prazer estético. Sua ontogênese se encontra na magistral descrição feita por Weir (1964) da linguagem do berço, marcada pela apreensão inicial de sons e silêncios distribuídos em padrões regulares: sua ontogênese também é encontrada na função imaginativa tal como foi rotulada por Halliday (1975, p. 37): "vamos fazer de conta". Esta tendência inelutável se desenvolverá quando a criança se depara com as formas já cristalizadas pela criatividade coletiva de uma dada cultura. Sempre que alguém ouvir ritmos que se encaixam num padrão já internalizado, sentirá prazer.

Sem embargo, novamente, assinalaremos algumas diferenças no *continuum* oralidade/letramento. Se analisarmos a evolução das formas e gêneros, concluiremos que alguns são exclusivos da modalidade escrita: e o caso das novelas, por exemplo. Fazendo uma analogia, sem as partituras

e a notação musical, seria impossível produzir música de câmara ou sinfonias. Borges, por exemplo, quando ficou cego, somente pode ditar poemas (as últimas de suas obras primas): a retro-alimentação oral não é suficiente quando a complexidade do texto exige escrutínio permanente, o qual é limitado pelas capacidades da memória operacional em manter a coesão estrutural.

3.6 – As articulações

As articulações são encontradas nos dois sistemas e basicamente garantem a próxima propriedade a ser examinada, que foi rotulada pelo estruturalismo clássico como produtividade e é atualmente mais mencionada como criatividade linguística.

Martinet (1964, p. 12-15) foi o primeiro lingüista que sistematicamente propôs a teoria da dupla articulação para a linguagem oral. Através da primeira articulação, são combinadas as unidades mínimas de significação, enquanto pela segunda, são combinadas as unidades destituídas de significado (os fonemas). Posteriormente uma terceira articulação foi acrescida, uma vez que o fonema não é mais considerado como unidade indissolúvel: é um feixe de traços fonéticos distintivos. Cada um dos três níveis é constituído de elementos, cujo número decresce da primeira até a terceira articulação, com pouquíssimos elementos, permitindo destarte uma considerável economia para a estocagem do sistema e conseqüente processamento.

A invenção do alfabeto representa a inferência do princípio destas três articulações, pois cada letra é formada pela combinação de uns poucos traços gráficos em relação a uma linha imaginária. Para a obtenção da economia um outro parâmetro foi adicionado: a rotação. Estes traços, basicamente, constituem a terceira articulação nos sistemas alfabéticos. A enorme economia para a estocagem e conseqüente processamento, novamente, garantem a vantagem de uma mais vasta difusão dos textos, mas o preço foi a dificuldade de apreender seu princípio fundamental: como desmembrar o *continuum* da cadeia da fala em seus constituintes mínimos, os fonemas, e relacioná-los aos grafemas.

Uma ou mais letras (os grafemas) representam os fonemas e alguns de seus alofones, que resultam nas unidades significativas da escrita (a segunda articulação). Deve-se notar, contudo, que um outro princípio divergente também ocorre: o etimológico, que será analisado em maior detalhe na secção "Descontinuidades", subtópico "Inércia".

Analogicamente, a articulação das unidades significativas escritas podem ser consideradas como a primeira articulação.

Não é aqui o lugar para tecer considerações contra teoria das articulações. Para o entendimento das continuidades e descontinuidades entre os sistemas oral e escrito, ela se mostra útil, mas duas outras articulações pre-

cisam ser somadas: a que ocorre entre as classes sintáticas, sintagmas, orações e períodos e a que possibilita a coesão e coerência textuais.

Como se pode inferir, a inexistência de uma segunda e terceira articulações é o que faz a diferença entre os sistemas logográficos e os alfabéticos.

3.7 – Produtividade

Como foi mencionado anteriormente, as articulações são a principal ferramenta para uma das propriedades que é comum aos dois sistemas: a produtividade, usualmente mencionada como criatividade. A base real para que esta propriedade opere é a forma como a matriz cognitiva está biopsicologicamente estruturada, permitindo a construção contínua de informação nova.

A articulação de umas poucas unidades, em cada nível, permite que, seja qual for o número de novas experiências reificadas, seja possível representá-las através da linguagem verbal oral ou escrita. Este potencial se alarga enormemente pelo fato de que novos sentidos podem ser atribuídos no contexto de uso.

3.8 – Retro-alimentação total

A retro-alimentação total do sinal acústico verbal é necessária para monitorar o que as pessoas dizem e é crucial para a aquisição da linguagem e para o desenvolvimento das capacidades metalingüísticas. O mesmo é verdade em relação a escrita, com a diferença de que neste caso, o sinal é visível. Esta é a razão por que podemos afirmar que a escrita depende da leitura, mas a recíproca não é verdadeira.

4 – DISCONTINUIDADES ENTRE O SISTEMA VERBAL ÁUDIO-VOCAL E O LETRAMENTO

4.1 – Invenção versus determinantes biopsicológicos

Já que a principal razão que explica por que os sistemas escritos dependentes de uma língua emergiram tão tardiamente foi exposta anteriormente, aludiremos neste passo a uma das descontinuidades, isto é, a dicotomia invenção/determinantes biopsicológicos. Reafirmemos, contudo, que a escrita dependeu do aparecimento de artefatos que produzissem marcas sobre uma superfície durável (Coulmans, op. cit. p. 17) e de artesãos que tivessem aprendido os princípios de codificação e decodificação numa dada língua enquanto a comunicação oral acompanha *pari passo* o processo de humanização, como condição de sobrevivência do indivíduo e da espécie e está vinculada à estrutura e funcionamento do sistema nervo-

so central. Esta descontinuidade esta profundamente ligada à que analisaremos a seguir, de caráter epistemológico e com imediatas repercussões sobre as políticas educacionais.

4.2 – Aquisição da linguagem oral e aprendizagem da leitura e escrita

Embora muitos pais e pessoas que cuidam das crianças conscientemente procurem ajudar a criança no desenvolvimento da linguagem oral, utilizando modelos de andaimes (*scaffolds*) e instrução direta (Cazden, 1983, p. 3-18), a ausência de assistência consciente não impede a aquisição da linguagem oral em crianças normais expostas à interação. A adaptação espontânea do registro do participante que interage com a criança a suas necessidades é um universal de aquisição da linguagem.

O mesmo não ocorre no que concerne à leitura e à escrita. Infortunadamente, apesar da massa enorme de material escrito que invade nosso cotidiano, o número de pessoas que não sabem ler é desanimador: a edição de 1990 do Compêndio de estatística sobre analfabetismo publicado pela UNESCO e que adotou um critério baixíssimo e não confiável sobre quem pode ser considerado letrado, baseado numa resposta sim/não à pergunta: "Você sabe ler e escrever?", estima para o ano 2000, a projeção de 935 milhões de analfabetos, com a idade acima de 15 anos.

Aprender a ler depende de muitos fatores tais como condições reais para que as crianças se tornem motivadas, experiência funcional prévia com material impresso, exposição a contextos narrativos e um contexto de ensino-aprendizagem inteligente, onde professores e crianças possam em conjunto construir o letramento.

As condições dramáticas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde crianças muito pequenas tem que trabalhar para sobreviver, onde os professores da escola de primeiro grau ganham salários degradantes, onde os direitos humanos mais elementares são negados barram qualquer motivação para aprender a ler e a escrever. A maioria das famílias destas crianças, mesmo se um dos pais reconhece umas poucas palavras, pratica unicamente seus mais rudimentares usos sociais, valendo-se de algumas estratégias que estão muito distantes dos princípios dos sistemas alfabéticos. Para contrabalançar este cenário desencorajador, foram implementados esforços para, pelo menos, manter as crianças na escola.

É por isto que no Brasil, por exemplo, é mantido o programa de merenda escolar: muitas crianças vêm a escola para garantir seu único prato diário de comida. Mesmo assim, uma evasão de 50% nas séries iniciais ainda persiste na escola pública brasileira.

O problema, na verdade, é muito complexo, mas a definição metafórica de letramento que está ganhando muitos adeptos no ambiente educacional certamente mascara a observação e a análise dos dados e pode ter

conseqüências desastrosas sobre as políticas educacionais. Pensem, por exemplo, sobre o seguinte excerto de Miller (1900 p. 11):

"Ter cuidados para com o próprio corpo, desenvolvê-lo como se desenvolvem as capacidades lingüísticas ou matemáticas, por exemplo, é o processo de tornar-se letrado corporalmente".

Tenho certeza de que alguns colegas reformulariam sua teoria de tornar-se letrado se permanecessem durante uma ou duas horas observando junto ao caixa do banco da universidade, dezenas de humildes servidores, no dia do pagamento. Embora trabalhem num lugar onde uma massa considerável de material escrito da mais alta qualidade circule, a única forma de receberem seu salário é através da impressão digital. Meus colegas ficariam ainda mais surpresos se soubessem que muitas destes funcionários trabalham na biblioteca central.

Parafraseando A. Liberman, aprender a ler não é fácil, porque falar é fácil, conforme veremos nas próximas secções.

4.3 – Discreção das unidades gráficas alfabéticas

As pistas acústicas através das quais os traços fonéticos são percebidos numa dada língua por um ouvinte constituem um *continuum* no qual não existem limites contrastivos entre palavras, morfemas, sílabas ou, o que é mais crucial para os sistemas alfabéticos, entre os fonemas. O mesmo é verdade para o movimento dos articuladores: a cine-fluorografia lateral demonstra que "vários canais estão em atividade simultânea. Isto leva de imediato a grandes dificuldades para a segmentação, uma vez que os ciclos articulatórios de um canal são mais ou menos independentes uns dos outros" (Garman, 1990, p. 11). Existem, contudo, algumas pausas e contornos finais que assinalam o término dos enunciados, os quais, a propósito, não coincidem com a distribuição convencional das vírgulas e pontos. Em adendo, há muitas pausas e hesitações que ocorrem no discurso oral determinados por condições específicas de produção tais como o planejamento ou busca de itens lexicais, que não aparecem na modalidade escrita (Scliar-Cabral e Rodrigues, 1994).

Algumas teorias lingüísticas procuram explicar como cada língua delimita as palavras e os morfemas (Troubetzkoy, 1970). Câmara Jr. (1969, p. 34-39) procurou delimitar o vocábulo fonológico de acordo com um padrão acentual que ele hipotetizou para o português do Brasil, mas os resultados experimentais somente confirmaram parcialmente sua teoria, uma vez que os sujeitos não conseguem delimitar conscientemente os limites quando há clíticos e/ou sândi (Blasi Rodrigues, 1994).

Os sistemas alfabéticos modernos, por outro lado, apresentam contrastes discretos com transparência: não somente as palavras são claramente separadas por espaços em branco, mas também as letras contrastam entre si.

As dificuldades que o aprendiz experimenta consistem no fato de que ele tem que reconstruir a forma de perceber a cadeia da fala a fim de segmentar o *continuum* em palavras, depois em sílabas e finalmente nos fonemas que necessitarão ser relacionados a uma ou mais letras correspondentes (os grafemas).

4.4 – Inércia

O código escrito se caracteriza por um estado de inércia se comparado com as mudanças diacrônicas mais rápidas que ocorrem nos sistemas orais. A variação sociolingüística não afeta as letras que constituem o código escrito, o qual deverá abarcar todas as variantes fonéticas de uma dada língua falada.

Uma vez que as línguas das quais cada sistema alfabético é dependente mudam mais rapidamente do que sua contrapartida escrita, algumas relações fonêmico-grafêmicas se tornam cada vez mais opacas com o passar do tempo e somente as regras de derivação morfológicas se tornam produtivas para algumas famílias de palavras; neste caso, um léxico mental ortográfico precisa ser fixado de memória, o que torna de novo o sistema antieconômico. Não significa, contudo, que por esta razão estes radicais devam ser ensinados fornecendo os nomes de suas letras contituíntes. Assim que a grafia dos radicais básicos que estão em desacordo com as regras grafêmico-fonológicas é aprendida, são globalmente relacionados ao léxico mental fonológico e a melhor aprendizagem é certamente obtida através da leitura maciça.

Uma das principais razões pelas quais a discrepância entre o sistema oral e o escrito é tão profunda nos países desenvolvidos é devida ao poder das editoras e seus respectivos *lobbies*. É necessário acrescentar que tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, existe uma discrepância adicional entre as diferentes variedades sociolingüísticas orais. Embora não exista correspondência biunívoca entre qualquer das variedades sociolingüísticas e a norma escrita, a distância é certamente maior se examinarmos as variedades que são consideradas como não tendo prestígio: em geral, os professores não estão preparados tanto para o encaminhamento das disparidades sociolingüísticas individuais, quanto para estar atentos para com as diferenças fonético-fonológicas e morfológicas relacionadas com o sistema alfabético adotado como única norma. Não significa, contudo, que estejamos aderindo às idéias *naïves* de Bernard Shaw em favor tanto de uma escrita fonética ou de uma miraculosa transformação de qualquer *My fair lady*: a diversidade sociolingüística oral é um fato inquestionável em contraposição a um código escrito único para uma dada língua.

O que seria aconselhável a fim de reduzir as conseqüências de tais discrepâncias é: 1) a adaptação periódica e gradual dos sistemas ortográfi-

cos às mudanças diacrônicas que ocorrem no sistema oral, 2) uma atitude ideológica positiva por parte dos professores para com as variedades sociolingüísticas que diferem das supostas normas de prestígio; 3) professores bem formados, particularmente nas primeiras séries do primeiro grau, que possam descobrir a forma individual falada pelos estudantes a fim de que, em conjunto, possam construir as regras adequadas de correspondência fonológico-grafêmicas.

4.5 – A ruptura espaço-temporal

A cadeia escrita canônica de comunicação ocorre na ausência de um futuro leitor, enquanto o redator está produzindo sua mensagem. A recíproca também é verdadeira para o ato de leitura, com a diferença de que o ato de escrita deve precedê-lo. Esta importante característica da cadeia escrita, que é enfatizada em algumas definições (consulte-se Friedrich, 1966, p. 11, apud Coulmas, op. cit. p. 35) implica a ruptura espaço-temporal, com conseqüências na estruturação do texto.

Algumas destas conseqüências são as seguintes:

1 – os textos escritos precisam ser autoreferenciados, de modo a permitir a extração da informação exclusivamente do meio impresso; não existe a possibilidade de informação extra fornecida pelo redator, tais como retificações, expressão facial e corporal, apontar para os objetos (*demonstratio ad oculos* conforme menciona Bühler) ou quaisquer outras pistas entoacionais.

O gênero oral mais próximo da categoria da autoreferencialidade são as narrativas, em particular, as ficcionais, uma vez que o cenário, os personagens e os episódios são representados exclusivamente através da linguagem verbal oral.

Por este motivo, embora a idéia seja a mesma, acreditamos que o rótulo de habilidades lingüísticas descontextualizadas requerido para o texto escrito é confuso, uma vez que ele não é descontextualizado, salvo em alguns gêneros como a lógica: usualmente, os contextos extra-lingüísticos precisam ser verbalizados e isto constitui a função contextual da linguagem (Hymes, 1968). De fato, uma das grandes dificuldades com a qual se defrontam os estudantes ao escrever é sua incapacidade para representar-se o ato de leitura de um futuro leitor ausente no espaço e no tempo.

2 – Outra conseqüência da ruptura espaço-temporal é o uso completamente diferente dos dêiticos. Como na intercomunicação oral ambos os interlocutores se encontram numa relação face a face, circundados pelo mesmo espaço e tempo, os referentes em relação às pessoas do discurso são fisicamente evidentes, o que permite o uso de uma gramática simplrática, no conceito de Bühler, de modo algum isto ocorre na comunicação escrita. Novamente, as pessoas experimentam grande dificuldade em traduzir os dêiticos da comunicação oral para sua contra-partida escrita.

5 - CONCLUSÕES

O desenvolvimento de novas tecnologias resultou na superposição da mídia áudio-vocal e escrita: muitos dos critérios que assinalam as discontinuidades entre eles desapareceram. Por exemplo, a comunicação telefônica é um meio oral, onde o *continuum* espacial foi rompido, mas onde freqüentemente tomamos notas, ou mesmo gravamos mensagens na secretária eletrônica. Neste último caso, existe também uma ruptura temporal. Os novos painéis eletrônicos exibem mensagens contínuas, de modo que o caráter da permanência desaparece. Das três características fundamentais colocadas por Coulmas (op. cit. p. 17), deveremos retirar a primeira "marcas gráficas artificiais numa superfície durável", se considerarmos os aparatos eletrônicos acima mencionados e, mais especificamente, o computador. Os subtítulos que aparecem na televisão e nos filmes são afetados pelos limites da memória operacional, como ocorre na modalidade oral, já que não podem se beneficiar da impressão permanente para o processamento. Um exemplo da convertibilidade de ambos os sistemas é o Fax ou o reconhecimento e produção da voz sintetizada, embora ainda haja problemas esperando por solução.

Embora tenha ocorrido a invasão maciça da comunicação de massa e do computador, o letramento tal como definido no começo deste artigo ainda continua a ser um dos meios de liberação, tal como a define Paulo Freire.

A impossibilidade de encontrar uma definição consensual (Soares, 1992) não nos exime de aceitar a que possa abarcar diferentes níveis de letramento (Tfouni, 1992) e de rejeitar qualquer política educacional baseada em expectativas extremamente opostas sobre quem deva ser considerado letrado nos países desenvolvidos e nos não desenvolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLASI RODRIGUES, H. Parsing words in the speech chain. Comunicação apresentada ao 4th ISAPL Intern. Congress, Bologna, 1994.
- BÜHLER, K. *Teoría del lenguaje*. Madrid: Revista del Occidente, 1950.
- CÂMARA Jr., J. M. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CAZDEN, C. B. Adult assistance to language development: SCAFFOLDS, models, and direct instruction. In PARKER, R. P., DAVIS, F. A. (Orgs.) *Developing literacy. Young children's use of language*. Newark, Delaware: IRA, p. 3-18.
- COULMAS, F. *The Writing systems of the world*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- D'AQUILI, E. G. *The biopsychological determinants of culture. An Addison-Wesley Module in Anthropology*. READING, Mass.: Addison-Wesley Publishing Co. 13, 1972.
- DENES, P. B., PINSON, E. N. *The speech chain: the physics and biology of spoken language*. New York: Anchor Books, 1973.

- FRIEDRICH, J. *Geschichte der Schrift*. Heidelberg: Carl Winter, 1966.
- GARMAN, M. *Psycholinguistics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.
- HALLIDAY, M. A. K. *Learning how to mean*. Explorations in the Development of language. Londres: Edward Arnold, 1975.
- HOCKETT, C. F. The origin of speech. *Scientific American*, 203, p. 88-96, 1960.
- HYMES, D. The ethnography of speaking. In FISHMANN, J. A., (Org.) *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton, 1968.
- LIBERMAN, A. M. Reading is hard just because listening is easy. In EULER, C. von, (Org.) *Wenner-Gren International Symposium Series: Brain and reading*. Hampshire: Macmillan, 1991. (No prelo).
- MORAIS, J. Phonological awareness: a bridge between language and literacy. In SAWYER D.J., FOX, B. J. (Orgs) *Phonological awareness in reading: The evolution of current perspectives*. Berlin: Springer-Verlag.
- NEPOMUCENO, L. de A. Influência da alfabetização nas capacidades metafonológicas em adultos. Tese de doutorado. São Paulo: Escola Paulista de Medicina, 1990.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Edição crítica preparada por T. de Mauro. Paris: Payot, 1972.
- SCLIAR-CABRAL, L., NEPOMUCENO, L. A., MORAIS, J. The role of context to guarantee the optimization of linguistic communication. *Resources in Education*. Washington: Eric, 1990.
- RODRIGUES, B. Discrepância entre a pontuação e as pausas. SCARPA, E. M. (Org.) *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 26, Campinas, UNICAMP, 1994, p. 63-77.
- SOARES, M. B. *Literacy assessment and its implications for statistical measurement*. Section of Statistics on Education, Division of Statistics. Paris: UNESCO, 1992.
- SWADESH, M. *La nueva filología*. Mexico: Evangelina Araña Swadesh, 1968.
- TFOUNI, L. V. *Letramento e analfabetismo*. Dissertação de Livre Docência. Ribeirão Preto: FFCL/USP, 1992.
- TRUBETSKOY, N. S. *Principes de phonologie*. Traduzido para o francês por J. Cantineau. Paris: C. Klincksiech, 1970.
- UNESCO *Compendium of statistics on illiteracy - 1990 edition*. Paris: UNESCO, Division of Statistics, 1990.
- WEIR, R. H. *Language in the crib*. The Hague: Mouton, 1964.